



**SOCIEDADE EDUCATIVA E CULTURAL AMÉLIA LTDA – UNISECAL**

**EDUARDO PEREIRA VAZ**

**ANÁLISE DE VÍDEO EDITORIAL DO JORNAL NACIONAL  
As 500 Mil Mortes Pela Covid-19 Na Visão da Tv Globo Sob a Ótica do Código  
de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

**PONTA GROSSA  
2022**

**EDUARDO PEREIRA VAZ**

**ANÁLISE DE VÍDEO EDITORIAL DO JORNAL NACIONAL  
As 500 Mil Mortes Pela Covid-19 Na Visão da Tv Globo Sob a Ótica do Código  
de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Jornalismo/Comunicação Social da Sociedade Educativa e Cultura Amélia LTDA – UNISECAL.

Orientador: Prof. Dr. Helton Costa

**PONTA GROSSA**

**2022**

**EDUARDO PEREIRA VAZ**

**ANÁLISE DE VÍDEO EDITORIAL DO JORNAL NACIONAL  
As 500 Mil Mortes Pela Covid-19 Na Visão da Tv Globo Sob a Ótica do Código  
de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Jornalismo/Comunicação Social da Sociedade Educativa e Cultura Amélia LTDA – UNISECAL.

Orientador: Prof. Dr. Helton Costa

**Banca Examinadora:**

**HELTON COSTA**

Prof. Orientador

Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda.

**IGOR KREINSKI**

Prof. Componente da Banca

Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda.

**INGRID ELIS PACHECO GRABICOSKI**

Jornalista Convidado

Ponta Grossa, 04 de Novembro de 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha esposa Janaína pelos incentivos constantes, apoio e paciência para a conclusão do curso.

A minha família (pai, mãe, tia, irmãos, cunhados e cunhadas, sogra e sogro) pelo apoio incondicional em todos os aspectos.

Aos colegas de turma, da primeira jornada e também da mais recente, pela amizade, acolhimento e parceria.

Ao orientador deste trabalho e coordenador do curso de Jornalismo, Helton Costa, e às Reitoras da UniSecal, Isaura Andrade e Rúbia Aguiar, por permitirem e me guiarem sempre no rumo desta graduação.

Aos colegas de profissão que também sempre foram incentivadores para a conclusão desta graduação.

Ao professor e amigo Rafael Kondlatsch que, mesmo sem saber, teve um papel fundamental para que retomasse e concluísse este curso superior.

Ao diretor e amigo João Barbiero que também desempenhou papel fundamental no incentivo da retomada desta graduação.

E, por fim, aos meus guias espirituais que sempre estiveram e permanecem comigo ao longo da jornada.

## RESUMO

Ainda que a televisão tenha perdido boa parte da sua audiência ao longo das últimas décadas, é preciso considerar a importância e o alcance dos conteúdos veiculados em seus programas. No ar desde o ano de 1969, sendo o mais longevo jornal com abrangência e cobertura de todo o território brasileiro, o Jornal Nacional, da TV Globo, veiculou em 2021 um editorial sobre as 500 mil mortes causadas em decorrência da pandemia da Covid-19. Este trabalho apresenta uma análise do texto lido pelos apresentadores, considerando como base os princípios estabelecidos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas.

**Palavras-Chave:** Jornalismo, editorial, Jornal Nacional, Covid-19, Código de Ética.

## ABSTRACT

Even though television has lost much of its audience over the last few decades, it is necessary to consider the importance and scope of the content broadcasted on its news reports. On air since 1969, being the oldest news program covering the entire brazilian territory, Jornal Nacional, produced by TV Globo, broadcasted an editorial in 2021 about the 500,000 deaths caused by the Covid-19 pandemic. This paper presents an analysis of the text read by the tv hosts, based on the principles established on the Code of Ethics for Brazilian Journalists, published by the National Federation of Journalists.

**Keywords:** Journalism, editorial, Jornal Nacional, Covid-19, Code of Ethics.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 ÉTICA</b> .....	<b>10</b>
2.1 Ética no Jornalismo.....	10
2.2 Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.....	12
<b>3 TELEJORNALISMO</b> .....	<b>14</b>
3.1 Telejornalismo no Brasil.....	15
3.2 Jornal Nacional.....	18
<b>4 EDITORIAL</b> .....	<b>20</b>
<b>5 PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	<b>22</b>
<b>6 ANÁLISE EDITORIAL</b> .....	<b>23</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
<b>ANEXOS</b> .....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO EDITORIAL.....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	Erro! Indicador não definido.

Durante os quatro anos da formação acadêmica primária em Comunicação Social Jornalismo, discutem-se os valores morais e a ética da classe. Obviamente não é só isso. As discussões mais aprofundadas passam por outros estágios da academia, mas também quando o profissional passa a sentir, na prática, como é vivenciar o que estudou por anos de forma teórica. Entender o mercado de trabalho, o mundo corporativo, que nem sempre dá a devida importância às questões éticas, as necessidades e concessões que, muitas vezes, precisam ser feitas para que a função seja executada com maestria, é um, senão o maior, desafio do jornalista.

Tentando descobrir respostas para perguntas que não têm um único caminho, o profissional pode se encontrar em encruzilhadas durante a trajetória profissional e, por vezes, tendo de resistir à tentação de emitir a própria opinião, afinal de contas a profissão atenta sempre para uma narrativa de recorte de um fato que remeta, da forma mais próxima possível, da realidade. Desconsiderando o gênero do jornalismo de opinião, em que o profissional engloba um fato e emite naquilo que ele acredita ser verdade, os olhos do profissional não devem se deixar levar por sentimentos ou crenças pessoais.

A conduta de um jornalista, no Brasil, é pautada pelo 'Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros'. Atualizado em 2007, em um momento em que o jornalismo digital ainda engatinhava da maneira como conhecemos hoje, na palma da mão e com uma gama de informações sem parar em nossos smartphones, ele aponta valores e procedimentos que devem ser seguidos pelos profissionais. Entre eles, afirmar que o "compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação". (FENAJ, 2007)

Entretanto, veículos de comunicação dispõem de uma forma jornalística de abordarem temas e dissertarem opinativamente sobre eles: os editoriais. É através deles que é possível o receptor conhecer o posicionamento real de um veículo sobre temas diversos.

Em 2009, o mundo vivenciou outra pandemia. Inicialmente conhecida como 'Gripe Suína' (Swine Flu), depois renomeada para 'Gripe A', causada pelo vírus



‘H1N1’, há, oficialmente, 18.449 vítimas fatais, entre 2009 e 2010, e 651 mil casos registrados em todo o mundo.<sup>1</sup>

Dez anos mais tarde, tendo início em 2019, o termo ‘pandemia’ voltaria a fazer parte do vocabulário de cidadãos do mundo todo. Depois da gripe espanhola, entre 1918 e 1920, que deixou mais de 50 milhões de mortes no mundo<sup>2</sup>, e da gripe de Hong Kong, em 1968, com um milhão de vítimas fatais, desta vez, seria uma variação de um coronavírus, descoberto na cidade Wuhan, na China<sup>3</sup>. Seria o início da pandemia da Covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*).

Após a doença se espalhar pelo mundo e uma série de medidas, questionadas por especialistas - favoráveis e contrários a elas - terem sido adotadas pelo Governo Federal brasileiro, em 19 de junho de 2021 o Brasil atingiu, oficialmente, a marca de 500 mil mortos em virtude de complicações da Covid-19.

Nesta data, pouco depois das 21h, o *Jornal Nacional*, da TV Globo, levou ao ar um editorial de 3 minutos falando sobre a marca atingida. Comparando dados com outro editorial exibido no dia em que o Brasil completou 100 mil mortes pela Covid-19, apontando falhas nas medidas de contenção do vírus e tratamentos, apontando estar solidário a famílias das vítimas e afirmando estar prestando um jornalismo embasado em dados científicos, o posicionamento gerou polêmica.

Em um momento em que a população brasileira se enxergava parte criticando severamente o Governo Federal de Jair Bolsonaro e a postura adotada perante a pandemia, e outra parcela seguia fielmente o que pregava, de forma oficial ou não, o Presidente, as falas de William Bonner e Renata Vasconcelos no editorial exibido soaram como crítica direta ao Presidente da República. As críticas fizeram com que apoiadores mais radicais questionassem, mais uma vez, a isenção jornalística do Grupo Globo de Comunicação.

Tendo em vista a repercussão deste momento do telejornalismo brasileiro, este trabalho tem por objetivo analisar, baseado no código de ética dos jornalistas, e preterindo o fato de ter sido veiculado em formato de editorial opinativo, pontos que

---

<sup>1</sup>Informação disponível em <https://www.medicina.ufmg.br/h1n1-fatos-e-fakes/>

<sup>2</sup>Informação disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042879>

<sup>3</sup>Informação disponível em <https://veja.abril.com.br/saude/cientistas-descobrem-onde-comecou-a-pandemia-da-covid-19/>

possam ser controversos ao que prega o documento da FENAJ para o exercício da profissão.

## **2 ÉTICA**

Gontijo (2006) explica que ética é um vocábulo originário do adjetivo grego 'ethiké', que significa, originalmente, um saber. Ele conta que 'ethiké' se origina do substantivo 'ethos', que indica costume. De acordo com o autor, a ética como ciência é o início de uma preocupação e reflexão crítica do homem para com a sociedade em que vive e os costumes que pratica. (GONTIJO, 2006, p. 128)

Figueiredo (2008) levanta que toda discussão sobre ética sempre se origina na análise etimológica da palavra e também com uma consideração sobre a diferença ou sinonímia com o conceito de moral. O autor aponta que o termo moral, em algumas situações, é apontado como sinônimo de ética. Afirma também que a palavra moral é utilizada com maior frequência para designar um código de conduta ou costumes de indivíduos ou grupos, mas conclui que a moral deve ser compreendida como algo individual.

Por moral deve-se compreender "o conjunto de regras de condutas assumidas livre e conscientemente pelos indivíduos, com a finalidade de organizar as relações interpessoais, segundo os valores do bem e do mal" ao passo que a ética ou filosofia da moral "é mais abstrata, constituindo a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e os princípios que fundamentam a vida moral. (FIGUEIREDO, 2008, p.8)

### **2.1 ÉTICA NO JORNALISMO**

Alsina e Silva (2018) afirmam que ética e jornalismo precisam andar juntos. Eles apontam que a execução de um jornalismo antiético é ruim tanto para o cidadão quanto para a sociedade como um todo. Os autores ressaltam que, ao consumir um produto jornalístico, o espectador acredita que exista uma preocupação com regras e com a verdade. (ALSINA; SILVA, 2018, p.5)

A sociedade acredita que o produto jornalístico não é uma criação aleatória, ficção, que as vozes são reais, que o relato é um fragmento preciso e correto da realidade; e que o jornalista usa sua capacidade técnica para reconstruir uma história da maneira mais fiel e responsável. (ALSINA; SILVA, 2018, p.5)

Kucinski (2005) reforça a ética de princípios, dentro do jornalismo tradicional, sendo, entre eles, o mais importante a busca e a socialização da verdade de interesse público. O autor aponta que não é competência do jornalista dosar informações que devam ser destacadas ou suprimidas em uma notícia, uma vez que, considerando a verdade um 'imperativo categórico', o profissional poderia fugir da realidade ou contemporizar. Ele afirma ainda que, uma vez escondida a verdade, o profissional torna-se cúmplice de quaisquer consequências deste ato. (KUCINSKI, 2005, p.2)

Pelo imperativo categórico da verdade, verdade e mentira não estão no mesmo plano. O jornalista não é responsável pelas consequências de dizer a verdade, mas é responsável pelas consequências de suprimi-la. Se ao revelar a verdade sobre uma determinada situação de trabalho escravo, alguns trabalhadores morrerem, o jornalista não é responsável. Mas se o jornalista se submeter a uma decisão do comando da operação de esconder a verdade por algum tempo, ele passa a ser responsável pela eventualidade de alguns dos trabalhadores escravos morrerem no período da espera. (KUCINSKI, 2005, p.2)

Na publicação 'Sobre Ética e Imprensa' (2000), Bucci não exime os jornalistas das responsabilidades éticas, porém imputa, também, responsabilidade aos veículos de comunicação. O autor aponta que as empresas, sim, esforçam-se para escolher profissionais íntegros para os seus times internos, e têm razão ao agirem desta forma. Contudo, Bucci argumenta que a mesma transparência e dedicação deve ser devolvida ao público e afirma que nem sempre acontece desta maneira. (BUCCI, 2000, p.32)

Essa deontologia glútea termina por ajudar a esconder o fato de que os piores problemas da imprensa brasileira são problemas construídos no interior das empresas de comunicação por forças e interesses que ultrapassam os domínios de uma redação e nada têm a ver com os interesses legítimos de seus telespectadores, leitores e ouvintes. Mais ainda: ajuda a esconder o fato de que o ambiente de absoluta ausência de parâmetros éticos que orientam as empresas de comunicação é uma situação social – não restrita, portanto, a um segmento profissional. (BUCCI, 2000, p.32)

Já Karam defende um aprofundamento do estudo ético dentro das academias de jornalismo. Para o autor, deveria existir uma divisão de disciplinas de ética e deontologia: uma que trabalhe com os conceitos éticos legais determinados para o profissional pela classe, e outra que possa abranger, de forma mais teórica, incluindo valores que partam da filosofia e sociologia, que possam contribuir moralmente na construção do jornalista. (KARAM, 2001, p.3)

Um modelo de disciplina envolve não apenas o tratamento de cada caso/problema ético-deontológico, mas de refletir porque está mais adequado ou correto de uma maneira e não de outra. Isto envolve valores que, partindo da Filosofia e da Teoria do Jornalismo, chega aos valores profissionais, onde será necessário inscrever a profissão na história e na contemporaneidade. Acho que é a melhor maneira de fugir do arbítrio, do autoritarismo e dos achismos e chutes em geral. (KARAM, 2001, p.3)

## **2.2 CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**

Observar conduta de colegas, as condições ao seu redor, definir prioridades e criar uma dinâmica própria que permita a execução de uma determinada tarefa. É assim que Christofolletti (2011) explica a construção de uma base de valores entre um determinado grupo social. No caso do meio jornalístico, a receita segue a mesma. (2011. p.26-27)

Os códigos de ética tentam, portanto, colocar ordem nas condutas, funcionam como gramáticas. São instrumentos ordenadores, definem padrões de ação. Circulam publicamente e sinalizam preocupações, princípios e valores para os demais grupos. Apesar dessa função mais pública, os códigos de ética são majoritariamente voltados para dentro das comunidades a que são dirigidos. (CHRISTOFOLETTI, 2011, p.27)

Christofolletti (2011) explica que o único documento dirigido aos profissionais de jornalismo é o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, publicado pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas). Ao todo, a publicação já teve quatro versões, sendo a primeira datada de 1949. (2011, p.29)

Outras versões do documento também já serviram como modelo-base para a atuação jornalística no Brasil. A primeira revisão aconteceu em 1968. Quase vinte depois, em 1986, em um momento marcado pelo início da redemocratização nacional, o código ganhou uma terceira atualização do documento, que perdurou até 2007, quando da última revisão das regras disciplinares, votada e aprovada após uma discussão que durou três anos.

O documento, redigido em formato de código disciplinar, tem 19 artigos e abrange temas como o direito à informação de todo brasileiro, determina conduta do profissional do jornalismo em diversas situações, além de abordar a responsabilidade

profissional e apresentar sanções aplicáveis em caso de descumprimento. (FENAJ, 2007)

Para Bauman (1995) a ética é um código de leis que determina um padrão correto de comportamento em todos os momentos. Ele aponta que é o que diferencia o bem do mal para todas as pessoas. Porém, o autor defende que, na teoria, códigos de conduta devam ser escritos por “pessoas especiais”. (1995, p.8)

É por isso que a enunciação de determinações éticas deve ser uma tarefa de pessoas especiais, como filósofos, educadores e pregadores. É também isso que coloca essas pessoas especiais, os peritos em ética, em posição de autoridade sobre as pessoas comuns que vão fazendo as coisas enquanto aplicam as regras informais a que se prendem (muitas vezes sem serem capazes de dizer como elas são). (BAUMAN, 1995, p. 8)

Hauptmann (2010) afirma que a atividade jornalística se transformou em um mercado comercial, como consequência, e defende que, uma vez que o direito à informação é assegurado ao cidadão, entende-se que deva partir deste princípio a ética que rege os jornalistas e meios de comunicação, seja com fontes, poder, consumidor final ou investidores. Porém, o autor argumenta que há uma concorrência, entre os próprios veículos, de quem publica o maior número de conteúdos, o que acaba por fazer com que profissionais se prendam às técnicas básicas, respondendo, unicamente, o que aconteceu, os envolvidos, quando e onde, não aprofundando o conteúdo e deixando de responder o como e o porquê. Hauptmann (2010) condena como vilão as redações mais enxutas e a rotina desgastante, que provocam um vazio ético no profissional, que não cumpriria com a missão de informar. (HAUPTMANN, 2010, p.6)

Do ponto de vista ético, do direito à informação, se faltam dados à notícia, a prática é de desinformação e não de informação. Isso também é fato. Logo, nesse cenário, a técnica corrompe sim os princípios éticos na rotina profissional. Na questão ética tem prevalecido os individualismos, sejam dos profissionais, sejam das empresas preocupadas apenas com o mercado como razão de sua existência. (HAUPTMANN, 2010, p.6)

Luvisolo e Deolindo (2008), por sua vez, fazem duras críticas ao ‘Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros’ ao elencar uma série de situações cotidianas da profissão e que não foram incluídas de formas explícitas no documento.

Mas, o que sobra em reforço da identidade e da missão da profissão, falta no código brasileiro em orientações sobre como se portar diante da sociedade tendo em mãos o poder reclamado: não chocar a consciência pública, não se deixar levar pela emoção de fontes em situação de crise, não deformar um depoimento ao resumi-lo, não ressaltar características que possam induzir ao preconceito, não utilizar expressões pejorativas, não utilizar mensagens subliminares em reportagens audiovisuais para induzir o espectador em erro, não abusar da ingenuidade das pessoas, não sensacionalizar, evitar descrições inutilmente chocantes, criar espaço para debates a respeito de matérias polêmicas, conferir exaustivamente todos os dados, descartar comunicados produzidos pelas assessorias e nunca publicá-los como matéria pronta, mas utilizá-los como uma informação a mais, sempre checada e melhor desenvolvida. (DEOLINDO, 2008, p.151)

### 3 TELEJORNALISMO

Machado (2000) afirma, na publicação 'A televisão levada a sério', que, "dentre os gêneros televisuais mais conhecidos, o telejornal talvez seja o tópico mais difícil de abordar". (2000, p.99) O autor argumenta que se considerarmos que o telejornal é um mediador simbólico entre eventos e o público espectador, é praticamente inevitável que haja uma discussão sobre o conteúdo, como, por exemplo, questionamentos ético-profissionais que envolvam a seleção e a interpretação de notícias. (2000, p.99-100)

Para o autor, é um equívoco acreditar que o telespectador consuma de forma ingênua e com senso crítico nulo a intenção ou *parti pris* do veículo de comunicação ou dos responsáveis diretos pelo telejornal. (2000, p.100)

Em um texto anterior dedicado ao mesmo tema, procurei demonstrar como um mesmo telejornal pode ser "lido" diferentemente por diversas comunidades de telespectadores, em função de seus valores, ideologias e estratégias perceptivas ou cognitivas. (MACHADO, 2000, p.100)

Carvalho (2010) aponta que produzir uma reportagem é difícil, mas dentro do telejornalismo "é muito difícil". (2010, p.16) O autor afirma que em televisão, não há um trabalho único, mas sim, sempre, de uma equipe. Para ele, as estruturas hierárquicas não se modificam muito entre as redações. O que realmente faz a diferença no produto final é o trabalho em equipe, o que pode fazer a diferença no olhar final sobre um fato. (2010, p.16-17)

A interdependência de profissionais dos profissionais é, portanto, maior em uma redação de televisão. Por um lado, é ruim, porque às vezes o profissional

perde a referência do todo; mas por outro lado, é bom, porque o resultado final é a junção de formas diferentes de olhar o fato. (CARVALHO, 2010, p.17)

Paternostro (1999) reforça a importância da imagem na construção da notícia dentro do telejornalismo. Para ela, frases de efeito devem ser deixadas de lado e deve-se utilizar mais a imagem em movimento, que carrega uma grande dose de emoção, segundo a autora. O texto deve ser coloquial, claro e preciso, além de servir somente de suporte para o que o telespectador assiste na tela. (1999, p.61)

É com a imagem que a televisão compete com o rádio e o jornal. É com a imagem que a TV exerce seu fascínio e prende atenção das pessoas. É preciso respeitar a força da informação visual e descobrir como associá-la à palavra, porque a informação na TV funciona a partir da relação texto/imagem. (PATERNOSTRO, 1999, p.61)

Becker (2005) aponta que uma das principais características da linguagem utilizadas nos telejornais é assegurar verdade ao que está sendo dito, bem como respaldar a credibilidade de quem o fala. Segundo a autora, o fato de os personagens serem reais e, assim também, os fatos enunciados, os textos produzidos provocam efeitos de realidade, uma vez que são construídos em uma linha tênue entre narrativa e acontecimento, considerando também o audiovisual. (2005, p.55)

Não deveríamos acreditar em tudo que os noticiários nos contam, até porque criam um mundo, e não o mundo. Cada edição é uma versão da realidade social cotidiana. Por isso, é mais interessante, neste campo de investigação, perceber como estes discursos se constroem, se estruturam, produzem significações, até mesmo para denunciar ou relativizar os seus poderes; e não exatamente discutir se são verdadeiros ou falsos. (BECKER, 2005, p. 55)

### **3.1 TELEJORNALISMO NO BRASIL**

Paternostro revela o primeiro telejornal exibido no Brasil foi ao ar em 1950, junto com a estreia da Tv Tupi: Imagens do Dia. Segundo a autora, o primeiro telejornal de sucesso foi, de fato, 'O Repórter Esso', também veiculado na TV Tupi e que permaneceu no ar por aproximadamente 20 anos. (1999. p.35) Porém, na primeira década da televisão no Brasil, a autora aponta a ausência de um número expressivo de aparelhos que pudessem receber o sinal enviado pelas emissoras e não inclui o telejornalismo dentre as principais atrações veiculadas pelas emissoras existentes –

TV Tupi, TV Record e TV Paulista, em São Paulo, TV Tupi, TV Rio, TV Excelsior no Rio de Janeiro, e TV Itacolmi, em Belo Horizonte. (1999. p. 29)

Nesses dez primeiros anos da TV brasileira, o aparelho de televisor ainda era um artigo de luxo. Em 1954, existiam 12 mil aparelhos no Rio e em São Paulo; em 1958, eram 78 mil em todo o país. A programação das emissoras seguia, então, uma linha de “elite”, com artistas e técnicos trazidos do rádio e do teatro. Entrevistas, debates, teleteatros, shows, música erudita eram as principais atrações. (PATERNOSTRO, 1999. p. 29)

Rezende defende o telejornalismo brasileiro comparando-o com o meio impresso. Para o autor, o meio cumpre uma função social e política por abranger um público que, naturalmente, poderia não estar interessado em noticiários ou se manter bem informado.

O telejornalismo cumpre uma função social e política tão relevante porque atinge um público, em grande parte iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la, enquanto espera a novela. Em relação aos meios impressos, acontece o contrário: o leitor só lê o que lhe interessa. É justamente por causa desse telespectador passivo que o telejornalismo torna-se mais importante do que se imagina, a ponto de representar a principal forma de democratizar a informação. (REZENDE, 2000, p. 23-24)

Mas o autor descarta, também, o cumprimento, de maneira satisfatória, desta função social. Rezende (2000) lembra que o telejornalismo está conectado às empresas de comunicação. Por sua vez, estas estariam sempre motivadas muito mais por interesses econômicos e políticos do que pela informação à audiência. (2000. p. 24)

Corrêa (2011) destaca a mudança pela qual o telejornalismo brasileiro passou ao longo dos anos. Segundo a autora, as mudanças foram naturais e perceptíveis, em todos os telejornais e em todas as emissoras de tv. Para ela, a mudança acontece devido à uma evolução e imposição da sociedade, e métodos que antes eram utilizados na captura e conquista de telespectadores, hoje obsoletos, têm sido deixados de lado. (2011, p. 7-8)



Este comportamento, que tem tomado conta das redações de telejornal, justifica-se pela necessidade de mudança de estratégia na captura do receptor, o telespectador. Não importa a idade, a classe social, o sexo, o grau de instrução. O desafio, agora, é (re)criar laços de proximidade e familiaridade com o público, a fim de garantir a audiência. Não é por acaso que o sentimento de pertencimento a um lugar tem sido cada vez mais mediado pelos meios de comunicação. E é em busca da distinção entre tantos outros apelos do campo midiático que os telejornais seguem em busca do estabelecimento de uma relação de fidelidade com o telespectador. (CORRÊA, 2011, p. 8)

Prazeres e Parnaíba (2010) relatam como a ditadura militar interferia no conteúdo telejornalístico na década de 70 no Brasil. As autoras apontam que os militares impediam veiculações que pudessem “ameaçar o bem-estar aparente dos brasileiros”. (2010, p. 8). Assim, as emissoras eram obrigadas a produzir conteúdos culturais e com melhor qualidade técnica, inviabilizando a atuação dos telejornais, que abordavam questões internacionais de maneira mais evidente do que as próprias situações vividas no Brasil. (2010. p. 8-9)

Os militares criaram facilidades nas telecomunicações, como os satélites e as redes de microondas, contribuindo para o desenvolvimento técnico da televisão (MATTOS, 2002) e utilizando os canais para promover os ideais do regime, mas também impuseram a censura e foram os responsáveis por criar uma falsa ideia de tranquilidade entre os brasileiros. (PRAZERES; PARNAÍBA, 2010, p. 8-9)

Paternostro (1999) resalta alguns dos produtos mais relevantes na história do telejornalismo brasileiro: *Imagens do Dia* (TV Tupi); *O Repórter Esso* (TV Tupi); *Edição Extra* (TV Tupi); *Jornal de Vanguarda* (TV Excelsior; TV Tupi; TV Globo; TV Continental e TV Rio); *Show de Notícias* (TV Excelsior); *Jornal Nacional* (TV Globo); *Bom Dia São Paulo* (TV Globo); *TV Mulher* (TV Globo); *Bom dia Brasil* (TV Globo); *TJ Brasil* (SBT); *Aqui e Agora* (SBT) e *Jornal da Band* (TV Bandeirantes). (1999. p. 35-37)

A autora ainda aponta a mudança no comportamento de uma determinada faixa de público com a chegada da tv por assinatura no Brasil, ainda que com atraso, se comparado a outros países da América Latina, e o início das operações da Globo News, em 1996, primeiro canal brasileiro de jornalismo 24 horas por dia. (1999. p. 43)

A primeira edição do Em Cima da Hora entrou no ar às nove em ponto, e o assinante começava a receber um canal brasileiro de jornalismo, onde a notícia, o fato, o acontecimento está acima de tudo, e tem força para interromper e mudar a grade de programação normal a qualquer instante, em Extra News. (PATERNOSTRO, 1999, p.45)

### 3.2 JORNAL NACIONAL

Desde o fim de 'O Repórter Esso', Paternostro aponta o Jornal Nacional, da TV Globo, como o telejornal há mais tempo no ar na tv brasileira e, "até hoje, líder de audiência no horário." (1999, p.35)

Paternostro (1999) conta que o Jornal Nacional foi o primeiro noticiário em rede nacional transmitido pela tv brasileira. Gerado a partir do Rio de Janeiro, utilizava o sistema da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) (1999, p. 36). A Embratel, criada na mesma época em que a TV Globo, 1965, interligou o Brasil através de linhas de micro-ondas e fez uma adesão a um consórcio internacional para utilização de satélites – o Intelsat. Assim, a empresa propiciou a oportunidade e a estrutura necessária para as redes nacionais de televisão. (1999, p. 31)

A TV Globo lançou o primeiro programa em rede nacional: às 19h56 do dia 1º de setembro de 1969 entra no ar o *Jornal Nacional*, feito no Rio e retransmitido ao vivo, via Embratel, para as emissoras da rede, mostrando imagens de várias cidades brasileiras que haviam sido geradas para a sede no Rio de Janeiro, via satélite. (PATERNOSTRO, 1999, p. 31-32)

Na publicação 'O Texto na TV – Manual de Telejornalismo', Paternostro conta ainda que o telejornal era, inicialmente, comandado por uma equipe do jornalista Armando Nogueira (1927 - 2010) e foi o pioneiro em exibir reportagens em cores. O padrão seguia um modelo americano em sua narrativa e linguagem, além da figura do repórter. (1999, p. 36)

O site 'Memória Globo' revela as primeiras palavras exibidas dentro do Jornal Nacional<sup>4</sup>. "O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil Novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil". O texto foi lido pelo apresentador Hilton Gomes, na primeira edição. O telejornal seguiu com o apresentador Cid Moreira. "Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias".

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em 04/09/2022.

Na publicação ‘Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo’, Ali Kamel, diretor-geral de jornalismo da TV Globo, discorre sobre a responsabilidade na definição final de conteúdos a serem veiculados em rede nacional.

Um diretor de jornalismo não “decide” o que vai ou não ser noticiado, mas é o responsável por garantir a qualidade do noticiário (e nessa tarefa é auxiliado por muitos companheiros). E qualidade implica noticiar os fatos com isenção, correção e agilidade. Daí por que não se trata de “decidir”, já que a missão do jornalista é informar sobre o que de mais relevante acontece no Brasil e no mundo. Notícia é notícia, sem tabus, sem preferências, sem idiosincrasias. (KAMEL, 2019)

No ano de 2011, o Grupo Globo de Comunicação divulgou um documento que se tornaria a base para a produção jornalística de todos os veículos que fazem parte do conglomerado. Os ‘Princípios Editoriais’ foram divulgados de forma pública estão disponíveis na própria página do grupo na internet.<sup>5</sup> Iniciado por uma ‘Carta dos acionistas’, o texto aborda uma definição de jornalismo, fala sobre isenção, correção e agilidade, além de determinar como o profissional deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas, do veículo e das redes sociais. Os ‘Princípios Editoriais’ terminam com uma seção inteira voltada aos “valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo”.

Gomes (2005) afirma que a imparcialidade é uma marca “privilegiada” do Jornal Nacional. Ela aponta que uma das formas mais visíveis é a oportunidade da veiculação dos dois lados da notícia – quem exerce e quem sofre a ação. Para ela, a não veiculação direta da opinião dos apresentadores tem relação com a construção de uma imparcialidade jornalística, no caso do JN. (2005, p.7-8)

A não emissão explícita de opinião por parte dos apresentadores pode ser um segundo apelo do programa em direção à construção da sua imparcialidade. A figura do “especialista” também é presença constante na maior parte das matérias: o cientista político, o economista da Usp e o sociólogo se revezam para “opinar” sobre os problemas nacionais. Um outro fator recorrente é a sustentação de toda e qualquer informação por “números”, “dados estatísticos” e “porcentagens”. O uso do recurso da “arte” para ilustrar mapas, gráficos e tabelas é outra constante, que caracteriza um certo didatismo do programa. (GOMES, 2005, p. 7-8)

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>

Porém, Gomes (2005) confirma que há, apenas, uma aparente neutralidade no Jornal Nacional. Para a autora, há emissão de juízo de valor de uma forma velada no telejornalístico.

Os apresentadores do Jornal Nacional, apesar da aparente postura de neutralidade e objetividade – expressa no comportamento, no texto e no perfil editorial do Jornal – emitem juízos de valor através das expressões faciais. A credibilidade do Jornal Nacional, ao invés de estar marcada pelo distanciamento do fato, pela ilusão de transparência, está fundada na proximidade do fato, na atitude de viver os fatos, emocionar-se, indignar-se e alegrar-se com eles, ou tratá-los com a seriedade ou sobriedade que exigem. (GOMES, 2005, p.10)

Corrêa (2011) aponta a Rede Globo como uma das pioneiras em adotar um novo estilo de linguagem, uma nova forma de noticiar os fatos e de maneira a atrair o telespectador. A autora toma o Jornal Nacional como exemplo e cita uma aposta no jornalismo mais informal e coloquial, produzido junto com o telespectador, que têm uma parcela importante na construção do conteúdo ao enviar imagens e sugestão de pautas. (2011, p. 9)

Na publicação 'Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão', Gomes (2005) aponta o produto como uma referência para outros telejornais, uma vez que os elementos próprios do JN se confundem com àqueles tomados por características do gênero.

O Jornal Nacional representa o conjunto mais bem-acabado de marcas que caracterizariam um telejornal: a temática, o formato, o cenário, os apresentadores, tudo contribui para a identificação do programa com o gênero. Já as pistas que dizem sobre as suas especificidades aparecem de forma menos explícita. Daí advém a dificuldade de aplicar os operadores de análise para identificar o modo de endereçamento do programa, quase sempre abordado como uma espécie de "telejornal-referência". (GOMES, 2005, p. 6)

#### **4 EDITORIAL**

Gradim (2000) define o editorial como um texto de responsabilidade do jornal que, em resumo, deve comentar, analisar, e emitir uma opinião, mas não uma opinião qualquer, "a opinião do jornal". Nesta seção, o veículo tem a oportunidade de publicar sua opinião como um todo e exprimir aos leitores e espectadores a sua cultura como corporação. A autora defende, ainda, que os jornais não apenas tenham a

possibilidade da publicação opinativa do editorial, mas sim devam tê-la como regra. (2000, p. 81-82)

Os leitores esperam que o seu jornal se pronuncie, num ou mais editoriais, sobre as grandes questões que agitam o mundo, o País ou a sua aldeia, e por isso um editorialista deve assumir desassombadamente essa tarefa — emitir opiniões e orientações rigorosas e fundamentadas, de preferência num texto curto e de leitura agradável. (GRADIM, 2000, p. 82)

Para Mont’Alverne e Marques (2014), a opinião emitida em um espaço de editorial é uma das marcas que ilustram a contradição de interesses no jornalismo, além de incluir temas de preferência do veículo na pauta de assuntos.

O editorial, espaço opinativo reservado à instituição jornalística, no qual a empresa apresenta suas posições acerca de diversos assuntos, é, provavelmente, o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no Jornalismo. Em outras palavras, o editorial se configura mais nitidamente como um espaço para o jornal “fazer política” e pressionar o poder público, além de ser uma forma de colocar assuntos na pauta coletiva de discussões. (MONT’ALVERNE E MARQUES, 2014, p. 122 apud ARMAÑANZAS, NOCÍ, 1996; AZEVEDO, 2006; MELO, 1985)

Uma vez tendo compreendido o conceito de que o editorial, como seção de um meio jornalístico, exprime a opinião do veículo, de maneira institucional, e não de um jornalista único, entende-se a razão do mesmo, costumeiramente, não ser assinado, ou tendo por assinatura apenas a indicação de ‘editor’. Pereira e Rocha (2006) apontam a necessidade de compreender, também, que o editorial não apresenta, unicamente, o ponto de vista do dono do veículo de comunicação, mas sim da maioria dos colaboradores que fazem parte da corporação.

Compreende-se, ainda, com o conceito de editorial, o motivo pelo qual o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), não inclui artigo sobre o gênero editorial, apenas sobre a opinião do jornalista como um todo, no artigo 10º do capítulo III.

Art. 10. A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade. (FENAJ, 2007)

O editorial, como os demais gêneros textuais, dispõe de características próprias. Teixeira e Fuzer (2011) detalham que ele detém a função social de posicionamento perante fatos, política pública ou acontecimentos sociais, apresentando ao leitor argumentos que possam influenciar direta, ou indiretamente,

na opinião do mesmo.

Em vista dessa função, o editorial é um texto de base dissertativoargumentativa, constituído por enunciados que orientam a argumentação e por marcas linguísticas (como operadores argumentativos, índices de avaliação, modalizadores) que colaboram para sinalizar a tese e os argumentos que a desenvolvem. (TEIXEIRA; FUZER, 2011, p. 5)

Em 'A Opinião do Jornalismo Brasileiro', Marques de Melo (1985), aponta quatro características que identificam o editorial como gênero textual. Por não levar assinatura e ser, comumente, escrito na primeira pessoa do plural ou terceira pessoa do singular, a impessoalidade é indicada pelo autor. Também aponta a topicalidade como característica, uma vez que o editorial aborda apenas uma questão específica. Marques de Melo afirma, ainda, a plasticidade como qualidade do gênero, pelo dinamismo com que os fatos se desencadeiam, estando em mutação constante. Por fim, a condensabilidade é apontada pelo autor, já que, espera-se do texto dentro deste formato, um editorial com clareza e brevidade. (1985, p. 88-89)

## 5 PANDEMIA DA COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a doença do coronavírus (Coronavirus Disease) como uma enfermidade infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV2. Dados indicam que grande parte das pessoas infectadas apresentará doença respiratória variando de leve a moderada e terá uma recuperação natural, sem a necessidade de um tratamento especial. Porém, a OMS afirma que alguns podem apresentar sintomas mais graves e exigir atenção médica, entre eles, idosos e pessoas com comorbidades médicas. Ressalta a Organização que qualquer pessoa pode se contaminar com a COVID-19, apresentar sintomas graves, ou morrer, em qualquer idade<sup>6</sup>.

De acordo com um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicado em fevereiro de 2021<sup>7</sup> e iniciado em maio de 2020, levantou hipóteses e realizou

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>. Acesso em 07 set 2022.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>. Acesso em 07 set 2022.

experimentos em uma tentativa de descobrir qual teria sido a fonte zoonótica do vírus e a via de introdução na população humana. O estudo concluiu que é possível considerar extremamente improvável que o vírus causador da COVID-19 tenha se originado em laboratório. Em julho de 2022, estudos publicados na Revista Science reforçaram a conclusão de que o vírus não teria escapado de um laboratório e apontaram o mercado de Haunan, no município de Wuhan, na China, como o epicentro da pandemia de COVID-19<sup>8</sup>.

Até a data de 07 de setembro de 2022, a Organização Mundial de Saúde contabilizava um total de 603.164.436 casos confirmados, em todo o mundo, de pessoas infectadas pela COVID-19. A OMS indica o primeiro registro datado de 04 de janeiro de 2020, quando registrou 66 confirmações. O número de mortos indicado pela OMS é de 6.482.338.<sup>9</sup>

A OMS indica o Brasil como o terceiro país com o maior número de casos de infecção causadas pela COVID-19. Ao todo, um total de 34.470.776 pacientes, e 684.369 mortes pela doença.<sup>10</sup>

## **6 ANÁLISE EDITORIAL JORNAL NACIONAL**

Na data de 19 de junho de 2021, um sábado, enquanto o mundo vivia em plena pandemia da Covid-19, o Brasil atingiu, oficialmente, a marca de 500 mil mortos em decorrência da doença. Apesar de medidas de controle terem sido tomadas pelas diferentes esferas governamentais, como as restrições de circulação e a vacinação, uma série de críticas ao Governo Federal passou a acontecer, entre apoiadores de outras siglas partidárias e também em alguns meios de comunicação. Nesta noite, o Jornal Nacional, da TV Globo, levou ao ar um editorial sobre o índice atingido no país.

Lido pelos apresentadores Renata Vasconcelos e William Bonner pouco depois das 21h, ao final do telejornal, o vídeo de aproximadamente 3 minutos apresentou críticas, diretas e indiretas, a algumas medidas tomadas pelo Governo Federal e ao

---

<sup>8</sup> Informação disponível em <https://saude.ig.com.br/coronavirus/2022-07-26/novos-estudos-apontam-mercado-em-wuhan-como-origem-do-coronavirus.html>

<sup>9</sup> Dados disponíveis em <https://covid19.who.int/>. Acesso em 07 set 2022.

<sup>10</sup> Dados disponíveis em <https://covid19.who.int/>. Acesso em 07 set 2022.

presidente Jair Bolsonaro. A atitude da emissora, que já vinha em uma briga velada e constante com o Poder Executivo Federal, gerou polêmica entre apoiadores desses. Apresentado no próprio estúdio tradicional do telejornal, o grafismo do telão que fica ao fundo do cenário, com duas das cores tradicionais do jornal, azul e branco, deixou claro se tratar de um conteúdo opinativo com a palavra 'Editorial', na tela.

Com base na última atualização do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, editado e publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas em 2007, e preterindo o fato de se tratar de um editorial, ou seja, uma publicação do gênero opinativo, passamos a analisar o conteúdo veiculado pela TV Globo no encerramento do Jornal Nacional da data citada.

Em agosto do ano passado, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela Covid, o Jornal Nacional se manifestou sobre essa tragédia num editorial. Parecia que o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos. Hoje são 500 mil. Meio milhão de vidas brasileiras perdidas. (JN:..., 2021)

Já no início do conteúdo, os jornalistas citam outro editorial, veiculado também no Jornal Nacional, porém ao atingir o índice de 100 mil mortos, na data de 08 de agosto de 2020<sup>11</sup>. Embasando-se em dados divulgados por órgãos competentes, citando atitudes públicas do Presidente da República e lido em primeira pessoa do plural, o conteúdo utilizou, também, como base para sua crítica, o artigo 196 da Constituição Brasileira.

Porém, neste primeiro editorial citado, ao contrário do que aconteceu na publicação relacionada às 500 mil mortes, em nenhum momento os apresentadores, ou algum elemento gráfico no vídeo, deixou claro ao telespectador se tratar de um editorial opinativo. Apesar do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros trazer em diversos artigos a defesa da liberdade de imprensa e o compromisso que o jornalista deve ter com os fatos e a informação, em nenhum dos artigos do documento é citada, explicitamente, a necessidade da indicação direta de que o conteúdo se trata de material editorial ou opinativo. Cita-se, contudo, no Artigo 10º, do Capítulo III, que “a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade”, e, no Artigo 12º, inciso IV, o dever de “informar claramente à

---

<sup>11</sup> Vídeo disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8762904/>. Acesso em 17 set 2022.



sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções”. (FENAJ, 2007)

Por outro lado, e ainda referente ao editorial de 100 mil mortes veiculados, o Jornal Nacional divulgou uma legislação que, perante à pandemia da Covid-19, percebeu-se ser de desconhecimento de muitos brasileiros, o artigo 196 da Constituição Federal. No artigo X, do Capítulo II, o Código de Ética dos Jornalistas atribui ao profissional uma conduta em que deva “defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito”. (FENAJ, 2007)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

No conteúdo referente às 500 mil mortes, objeto desta análise, a leitura do editorial prossegue, ainda em seu início, citando um “sentimento de horror” e prestando solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. A sequência é marcada por uma crítica direta às medidas de restrição e combate à doença tomadas pelas autoridades.

Hoje, é evidente que foram muitos - e muito graves - os erros cometidos. E eles estão documentados por entrevistas, declarações, atitudes, manifestações. A aposta insistente e teimosa em remédios sem eficácia, o estímulo frequente a aglomerações, a postura negacionista e inconsequente de não usar máscaras e, o pior, a recusa em assinar contratos para a compra de vacinas a tempo de evitar ainda mais vítimas fatais. (JN:..., 2021)

Com um início claramente opinativo, incluindo uma conclusão própria através da adição do vocábulo ‘evidente’, o editorial cita “erros cometidos” como causa desta conclusão a que chega e afirma estarem documentados. No artigo 4º, do Capítulo II, o Código de Ética aponta que a conduta profissional do jornalista deve ter um compromisso fundamental com a verdade no relato dos fatos e, por isso, deve ter o trabalho pautado em uma apuração precisa e uma correta divulgação. Fica claro, então, considerando a sequência textual, a conduta correta conforme as diretrizes do Código de Ética, uma vez que são citados fatos de conhecimento público de atitudes do Presidente da República e órgãos a ele vinculados ou subordinados, veiculados pela própria emissora e também outros veículos de comunicação em diversas ocasiões.

É preciso destacar, também, no trecho, a utilização de adjetivos que poderiam ter sido suprimidos do texto sem que a informação perdesse o sentido. O uso dos termos ‘insistente’, ‘teimosa’ e ‘inconsequente’, deixam claro o caráter opinativo da veiculação.

O editorial prossegue citando, novamente, o conteúdo referente às 100 mil mortes, veiculado cerca de um ano antes desse, afirmando que já era dito que o índice de óbitos chegaria aos 500 mil, referenciando, de maneira indireta, as atitudes questionáveis que vinham sendo tomadas por governantes na área da Saúde. A apresentadora Renata Vasconcelos ainda citou um trecho em que se dizia que era necessária apuração de culpa.

Desde o início de maio, o Senado está investigando responsabilidades. Haverá consequências. E a mais básica será a de ter levado ao povo brasileiro o conhecimento sobre como e por que se chegou até aqui. (JN:..., 2021)

Indiscutivelmente destaca-se, neste trecho, o direito e dever mais básico, do jornalista e do cidadão, o de informar e ser informado. Direito esse defendido em todo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Poderíamos citar desde o Artigo 1º, que discorre sobre o direito de acesso à informação, ou o Artigo 2º que, abertamente, fala sobre a obrigação do jornalista de impedir, por nenhum tipo de interesse, que informações de relevância pública se tornem de conhecimento de todos.

Ressaltam-se dois itens do Código de Ética que fazem referência direta ao direito de informação relacionado às questões sanitárias, em especial voltadas aos dados da Covid-19, sejam informações sobre contaminação, controle de disseminação, óbitos ou quaisquer outros dados que possam vir a sofrerem tentativa de ocultação, por quem ou quaisquer razões que sejam.

No Capítulo I, relacionado ao direito à informação, no Artigo 2º, inciso IV, é exposta como obrigação social a “prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais”. (FENAJ, 2007) Assim, afirma-se a obrigação do jornalista em pautar, apurar, produzir, divulgar e apoiar a veiculação de conteúdos de interesse nacional, como os dados provenientes da pandemia da Covid-19, pressionando, se necessário, os órgãos responsáveis pelos dados que, por ventura, venham a negar a disponibilização de tais informações relevantes.

Também ressalta-se o inciso VII, do Artigo 6º, disposto no Capítulo II, que discorre sobre a conduta profissional do jornalista perante o controle da informação.

Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; (FENAJ, 2007)

Percebe-se que o Código de Ética traz, explicitamente, o controle da informação – não especificando neste inciso se público ou privado – como forma de corrupção. Em vigor desde maio de 2012, a Lei 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, que determina o direito de acesso a informações públicas por qualquer cidadão, se tornou uma aliada dos jornalistas no combate à corrupção. Sousa e Benevides (2018) discorrem sobre a importância da lei, em especial para os profissionais investigativos.

Os jornalistas, principalmente os investigativos, novo instrumento para a apuração de informações, que muitas vezes são ocultadas pelo governo. Através da lei, estes profissionais têm assegurado o acesso a documentos e dados essenciais para o cumprimento do seu poder fiscalizador, de averiguar e apresentar situações que vão de encontro ao bem comum, como casos de transgressões legais e abusos de poder cometido por agentes públicos. (SOUSA; BENEVIDES, 2018)

Após constatações indiretas baseadas, principalmente, em fatos, a partir deste ponto o texto editorial do Jornal Nacional passa a abordar de uma maneira mais linear o ponto de vista da emissora. Utilizando-se da voz ativa, em primeira pessoa do plural, e com indagações e respostas opinativas que, supõem-se, verdadeiras, não atreladas a fatos, mas sim à contextualização daquilo que deseja-se ser entendido como verdade absoluta, questiona-se a ação de cada indivíduo frente à pandemia e à ação sobre aquilo que estava a seu alcance.

A continuação se dá ao citar, pela primeira vez, o ‘jornalismo da Globo’, como nós, ou seja, responsável pelo conteúdo editorial. É apontada a ciência, como base das informações veiculadas ao longo da pandemia, bem como a manifestação de grupos avessos aos conteúdos levados ao ar pela TV Globo.

Nós, do Jornalismo da Globo, estamos há um ano e meio, com base na ciência, cumprindo o nosso dever de informar, sem meias palavras. Muitas vezes nós pagamos um preço por isso, com incompreensões de grupos que são minoritários, mas barulhentos. Não importa. Nós seguimos em frente, sem concessões. E seguiremos em frente, sem concessões. (JN:..., 2021)

Ao afirmar que há base em informações científicas no cumprimento do dever de informar, e “sem meias palavras”, o editorial demonstra atender aos princípios

básicos do jornalismo, descritos, inclusive, de forma direta, no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Cito o inciso primeiro, do Artigo 2º, que aponta que a “divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica – se pública, estatal ou privada – e da linha política de seus proprietários e/ou diretores”. (FENAJ, 2007)

Ao se referir a grupos “minoritários, mas barulhentos”, fica implícita a crítica aos apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, também criticado de maneira indireta na publicação. Também, ao afirmar “nós seguimos em frente” e “seguiremos em frente”, frisando, por duas vezes, o termo “sem concessões”, fica evidente a postura editorial da emissora condizente com o que é exposto no inciso I, do Artigo 6º, do Código, como dever do jornalista.

Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. (FENAJ, 2007)

Importante frisar, ainda, que o mesmo Artigo 6º dispõe de incisos que têm referência conectiva com a opressão sobre o jornalismo, indicando como dever do jornalista “divulgar os fatos e as informações de interesse público”, “lutar pela liberdade de pensamento e de expressão”, “defender o livre exercício da profissão”, “valorizar, honrar e dignificar a profissão” e, destaca-se o inciso XIV, “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”. (FENAJ, 2007)

A última parte do editorial inicia-se com a afirmação de que “tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão”. (2021, JN) A frase vai ao encontro do que discorre o Código de Ética no Artigo 12º, inciso primeiro, que aponta como dever do jornalista “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas”. (FENAJ, 2007)

Porém, a frase seguinte proferida pelo apresentador William Bonner, “mas há exceções”, contraria o que prega o artigo citado acima, uma vez que, compreende-se como básico, não deve haver exceções ao aprofundamento dos fatos e à oitiva do maior número de fontes possíveis antes da divulgação de um fato. Contudo, é possível

compreender, na sequência, que a citação para ‘exceções’ remete-se, apenas, ao afirmado que “tudo tem vários ângulos”. E, essa citação, é o que diz-se como norte do ‘Jornalismo da Globo’.

Porque tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão. Mas há exceções. Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver numa democracia. Em casos assim, não há dois lados. E é esse o norte que o Jornalismo da Globo continuará a seguir. (JN:..., 2021)

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todas as discussões sobre ética, dentro ou não do jornalismo, mas especialmente dos princípios que regem a convivência em uma sociedade são válidas. Nós, brasileiros, desde 2019, com o início de uma nova gestão Federal, passamos a viver em uma verdadeira dualidade política-social. E, notoriamente, este conceito acabou por invadir, também, os meios de comunicação.

Por um instante, podemos perceber a realidade que nos cerca de uma maneira diferente daquela que poderíamos imaginar, em plena juventude de vinte e dois anos do Século XXI. Afinal, não é possível considerar normal que um veículo de comunicação, muitos deles com concessão pública, tomem partido, seja o lado qual for, se é que eles realmente existem. O compromisso com a informação e com a verdade deve pautar, sempre, o jornalismo. E para isso não existem duas versões, a verdade é única.

Apesar de tudo, ao analisar em um contexto linear a ética, a televisão, e o telejornalismo brasileiro, percebe-se que há sempre uma essência partidária no modelo do gênero opinativo – editorial. Aqui, limitamos a compreender e estudar como um evento isolado de editorial pode pender politicamente. E isto ficou claro, especialmente ao destacar palavras utilizadas de forma provocativas, como ‘insistente’, ‘teimosa’ e ‘inconsequente’. Por outro lado, compreendemos também como o uso do editorial precisa estar embasado em fatos. Sem eles, não há opinião. E, sim, o objeto desta análise esteve, o tempo todo, embasado em fatos. Fatos de conhecimento tão aberto do público que sequer precisaram de citação mais específica. Então, é possível concluir que os dois lados da balança pesaram e permaneceram em equilíbrio.

Por fim, é preciso reafirmar o compromisso dos jornalistas com a verdade. Jornalistas possuem, sim, uma cartilha para 'rezar'. Apesar de desatualizada e, ainda, desprezando orientações sobre a veiculação de editoriais, deixando tão somente a cargo da consciência de cada produtor de conteúdo, ela está lá, com orientações, direitos, deveres, e um ressaltando a todo momento um princípio básico: a verdade, sempre a verdade.

## **ANEXOS**

**ANEXO A** – Transcrição completa do vídeo editorial veiculado no Jornal Nacional, da TV Globo, em 19 de junho de 2021, referente às 500 mil mortes causadas pela pandemia de Covid-19<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Disponível em vídeo em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/06/19/jn-editorial-sobre-as-500-mil-mortes-pela-covid.ghtml>. [Acesso em 17 de set de 2022.](#)

## Transcrição

*Em agosto do ano passado, quando o Brasil ultrapassou o registro escandaloso de 100 mil mortes pela Covid, o Jornal Nacional se manifestou sobre essa tragédia num editorial.*

*Parecia que o país tinha superado um limite inalcançável, 100 mil mortos. Hoje são 500 mil. Meio milhão de vidas brasileiras perdidas.*

*O sentimento é de horror e de uma solidariedade incondicional às famílias dessas vítimas. São milhões de cidadãos enlutados.*

*Hoje, é evidente que foram muitos - e muito graves - os erros cometidos. E eles estão documentados por entrevistas, declarações, atitudes, manifestações.*

*A aposta insistente e teimosa em remédios sem eficácia, o estímulo frequente a aglomerações, a postura negacionista e inconsequente de não usar máscaras e, o pior, a recusa em assinar contratos para a compra de vacinas a tempo de evitar ainda mais vítimas fatais.*

*No editorial que marcou as 100 mil mortes, nós dissemos que era preciso apurar de quem é a culpa. Dissemos textualmente que esse momento chegaria.*

*Desde o início de maio, o Senado está investigando responsabilidades. Haverá consequências. E a mais básica será a de ter levado ao povo brasileiro o conhecimento sobre como e por que se chegou até aqui.*

*Quando todos nós olharmos para trás, quando nos perguntarem o que fizemos para ajudar a evitar essa tragédia, cada um de nós terá a sua resposta. A esmagadora maioria vai poder dizer, com honestidade e com orgulho, que fez de tudo, fez a sua parte e mais um pouco.*

*Nós, do Jornalismo da Globo, estamos há um ano e meio, com base na ciência, cumprindo o nosso dever de informar, sem meias palavras. Muitas vezes nós pagamos um preço por isso, com incompreensões de grupos que são minoritários, mas barulhentos. Não importa. Nós seguimos em frente, sem concessões. E seguiremos em frente, sem concessões.*

*Porque tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão. Mas há exceções. Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver numa democracia. Em casos assim, não há dois lados. E é esse o norte que o Jornalismo da Globo continuará a seguir.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**JN: Editorial sobre as 500 mil mortes pela Covid.** [S. l.]: TV Globo LTDA, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/06/19/jn-editorial-sobre-as-500-mil-mortes-pela-covid.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2022.

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp->

content/uploads/2014/06/04-codigo\_de\_etica\_dos\_jornalistas\_brasileiros.pdf>.  
Acesso em: 13ago. 2022.

GONTIJO, Eduardo Dias. Os termos "Ética" e "Moral". **Revista Mental**, Barbacena, Brasil, v. IV, n. 7, p. 127-135, 2006.

FIGUEIREDO, Antonio Macena. Ética: origens e distinção da moral. **Saúde, Ética & Justiça**, [s. l.], ed. 13, p. 1-9, 2008.

ALSINA, Miquel Rodrigo; SILVA, Laerte José Cerqueira da. ÉTICA E JORNALISMO: na era da Pós-verdade. **Revista Observatório**, [s. l.], v. 4, 3 maio 2018. DOI <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n3p726>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/download/5246/13085/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

KUCINSKI, Bernardo. O jornalismo além fronteira: notas sobre a ética do jornalismo embutido. [s. l.], 2005. Disponível em: [https://www.reporterbrasil.org.br/documentos/jornalismo\\_alem\\_fornteira.pdf](https://www.reporterbrasil.org.br/documentos/jornalismo_alem_fornteira.pdf). Acesso em: 28 ago. 2022.

BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

KARAM, Francisco José Castilhos. Formação e Ética Jornalística. 2001. Disponível em: [http://www.gersonmartins.jor.br/dados/aulas/turma1/formacao\\_etica\\_jornalistica\\_karam%5B5%5D.pdf](http://www.gersonmartins.jor.br/dados/aulas/turma1/formacao_etica_jornalistica_karam%5B5%5D.pdf). Acesso em: 28 ago. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O caso do brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos de Información**, Chile, n. 29, p. 25-34, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/971/97122694003.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BAUMAN, Zygmunt (1995). Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna. Tradução de Alexandre Werneck. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011. p. 416.

HAUPTMANN, Claudemir. O indivíduo, a técnica e um vazio ético no jornalismo. **BOCC: Biblioteca on-line das ciências da comunicação**. , [s. l.], 2010. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/pag/jornalismo\\_hauptman.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/jornalismo_hauptman.pdf). Acesso em: 28 ago. 2022.

LOVISOLO, Hugo R.; DEOLINDO, Jacqueline. Ética jornalística no Brasil: o ideal, o real e os desvios no percurso. **Anuário Lusófono**, [s. l.], 2008. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/69166893/Etica\\_jornalistica\\_no\\_Brasil\\_o\\_ideal\\_o\\_real\\_e\\_os\\_desvios\\_no\\_percurso\\_Anuario\\_de\\_Comunicacao\\_Lusofona\\_2008-with-cover-page-v2.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/69166893/Etica_jornalistica_no_Brasil_o_ideal_o_real_e_os_desvios_no_percurso_Anuario_de_Comunicacao_Lusofona_2008-with-cover-page-v2.pdf). Acesso em: 28 ago. 2022.

DANTAS, Carolina; LENHARO, Mariana. **Brasil tem maior número de mortes por H1N1 desde pandemia de 2009**: País registrou 886 mortes pela doença em 2016. Número só é mais baixo que o registrado na chegada do vírus.. [S. l.], 17 jun. 2016.



Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/brasil-tem-maior-numero-de-mortes-por-h1n1-desde-pandemia-de-2009.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CARVALHO, Alexandre et al. Reportagem na TV: como fazer, como produzir, como editar. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Arlindo. A Televisão levada a sério. São Paulo: Senac, 2003.

PATERNOSTRO, Vera Íris. O Texto na TV: Manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BECKER, Beatriz. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. Revista Galáxia, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez. 2005

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: Um perfil editorial. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

MEMÓRIA GLOBO (org.). **Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

KAMEL, Ali. O JN e o Jornalismo Profissional. *In*: MEMÓRIA GLOBO (org.). **Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. cap. 1.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. *In*: VIZEU, Alfredo (org). A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRÊA, Aline Silva. O Telejornalismo no Brasil na Atualidade: Em Busca do Telespectador. **DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, [s. l.], 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0839-1.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

PRAZERES, Selma Miranda dos; PARNAIBA, Cristiane dos Santos. Telejornalismo no Brasil: principais fatos que marcaram os 60 anos dessa prática jornalística. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/193852082/92-Selma-e-Cristiane-Telejornalismo-No-Brasil>. Acesso em: 04 set. 2022

GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo**. Bahia: EDUFBA, 2011. 284 p.

GOMES, Itania Maria Mota. Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/74277217742772103772621605140235486090.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Paulo-](https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Paulo-Marques/publication/283386788_A_opinioao_da_empresa_no_Jornalismo_brasileiro_Um_estudo_sobre_a_funcao_e_a_influencia_politica_dos_editoriais/links/565b083908aefe619b242551/A-opinioao-da-empresa-no-Jornalismo-brasileiro-Um-estudo-sobre-a-funcao-e-a-influencia-politica-dos-editoriais.pdf)

[Marques/publication/283386788\\_A\\_opinioao\\_da\\_empresa\\_no\\_Jornalismo\\_brasileiro\\_Um\\_estudo\\_sobre\\_a\\_funcao\\_e\\_a\\_influencia\\_politica\\_dos\\_editoriais/links/565b083908aefe619b242551/A-opinioao-da-empresa-no-Jornalismo-brasileiro-Um-estudo-sobre-a-funcao-e-a-influencia-politica-dos-editoriais.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Paulo-Marques/publication/283386788_A_opinioao_da_empresa_no_Jornalismo_brasileiro_Um_estudo_sobre_a_funcao_e_a_influencia_politica_dos_editoriais/links/565b083908aefe619b242551/A-opinioao-da-empresa-no-Jornalismo-brasileiro-Um-estudo-sobre-a-funcao-e-a-influencia-politica-dos-editoriais.pdf). Acesso em: 4 set. 2022.

NUNES, Ana Cecília Bisso. A convergência midiática e editorial no jornalismo móvel: uma análise do The Daily. Porto Alegre, 2013. 184 f

GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo**. Covilhã: [s. n.], 2000. 203 p. ISBN 972-9209-74-X.

PEREIRA, R. M. F.; ROCHA, T. F. Discurso midiático: análise retóricojornalística do gênero editorial. Maceió, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discursomidiatico.pdf>. Acesso em: 04 set. 2012.

TEIXEIRA, Tatiana Gloor; FUZER, Cristiane. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE EDITORIAL COMO GÊNERO TEXTUAL. **Linguagens & Cidadania**, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231214862.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

MELO, J. M. A opinião do jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em 17 set 2022.

SOUSA, Veronica Rufino; BENEVIDES, Pedro. ACESSO À INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO POR JORNALISTAS INVESTIGATIVOS. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 756-782, 2018. DOI <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p756>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3568/12740>. Acesso em: 17 set. 2022.